

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em reais

Ativo	2014			Passivo e patrimônio líquido	2014		
	2015	Representado	01/01/2014		2015	Representado	01/01/2014
Circulante				Circulante			
Caixa ou equivalente de caixa (Nota 7)	233.869	146.662	98.788	Fornecedores (Nota 11)	6.285	6.007	5.564
Adiantamento a funcionários	6.357	8.895	3	Obrigações trabalhistas a pagar	11.214	16.183	14.232
	240.226	155.557	98.791	Tributos a recolher (Nota 13)	5.516	6.150	11.456
				Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 8)	1.524	2.239	17.461
Não circulante					24.539	30.579	48.713
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	11.909	14.131	16.718	Capital social (Nota 14)	6.900.590	6.900.590	6.900.590
Investimentos (Nota 10)	4.200	4.482	2.510	Reserva de capital	9.900	9.900	9.900
	16.109	18.613	19.228	Prejuízos acumulados	(6.678.694)	(6.766.899)	(6.841.184)
	256.335	174.170	118.019		231.796	143.591	69.306
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
	256.335	174.170	118.019		256.335	174.170	118.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	6.900.590	9.900	(6.841.184)	69.306
Lucro do exercício	-	-	74.285	74.285
Em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	6.900.590	9.900	(6.766.899)	143.591
Lucro do exercício	-	-	88.205	88.205
Em 31 de dezembro de 2015	6.900.590	9.900	(6.678.694)	231.796

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Gás Natural do Brasil S.A. integra o grupo espanhol Gas Natural Internacional, SDG S.A. e tem sede no Rio de Janeiro. É uma Sociedade anônima de capital fechado que tem como finalidade participação no capital de outras empresas, prestação de serviços de assessoria energética, elaboração de estudos de viabilidade e de mercado, prestação de todo e qualquer tipo de serviço de consultoria e assessoria financeira a terceiros e participação em projetos e programas de Termogeração e Termoeletricidade. As operações da Companhia estão praticamente paralisadas, entretanto, a administração estuda e avalia regularmente oportunidades de negócios no contexto dos objetivos do Grupo Gas Natural Internacional, SDG S.A.. Atualmente, sua receita decorre de remuneração dos seus administradores, pela participação em conselhos de administração (Nota 15). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de julho de 2016. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e incluindo o pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), CPC-PME. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Companhia não possui áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros - 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Investimento em coligada:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Após aquisição, investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. **2.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **2.6. Contas a pagar a fornecedores de serviços:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.7. Imposto de renda, contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.8. Capital social:** As ações ordinárias não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido. **2.9. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber por participação em conselho de administração (Nota 15) e é reconhecida pelo regime de competência. **3. Apresentação das cifras comparativas:** Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores comparativos ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis relativas estão reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos: (a) Em 31 de dezembro de 2014 e em 01 de janeiro de 2014 não foram efetuadas a equivalência patrimonial sobre o investimento patrimonial na Gás Natural Serviços Ltda.

Ativo	Em 1º de janeiro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante	98.791	-	98.791
Não Circulante (a)	104.932	(85.704)	19.228
Total do ativo	203.723	(85.704)	118.019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	48.713	-	48.713
Patrimônio líquido (a)	155.010	(85.704)	69.306
Total do passivo e patrimônio líquido	203.723	(85.704)	118.019
Ativo	Em 31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante	155.557	-	155.557
Não Circulante (a)	18.874	(261)	18.613
Total do ativo	174.431	(261)	174.170
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	30.579	-	30.579
Patrimônio líquido (a)	143.852	(261)	143.591
Total do passivo e patrimônio líquido	174.431	(261)	174.170

	Em 31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras receitas (Nota 15)	271.459	-	271.459
Lucro bruto	271.459	-	271.459
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(168.120)	-	(168.120)
Outras receitas, líquidas (Nota 16)	(11.729)	-	(11.729)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	-	(261)	(261)
Lucro antes do resultado financeiro	91.610	(261)	91.349
Resultado financeiro, líquido	(1.482)	-	(1.482)
Receitas financeiras	-	-	-
Despesas financeiras	(1.482)	-	(1.482)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.128	(261)	89.867
Imposto de renda e contribuição social do exercício (Nota 13)	(15.582)	-	(15.582)
Lucro líquido do exercício	74.546	(261)	74.285

	Em 31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do IR e CSLL	90.128	(261)	89.867
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Resultado de equivalência patrimonial	-	261	261
	90.128	-	90.128

	2015	2014
Variações nos ativos e passivos		
Demais contas a receber	4.535	4.535
Tributos a recuperar	4.332	4.332
Fornecedores	(12.982)	(12.982)
Obrigações trabalhistas	1.951	1.951
Tributos a recolher	(5.306)	(5.306)
Partes relacionadas	(15.222)	(15.222)
Caixa gerado pelas operações	67.436	67.436
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.329)	(17.329)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	50.107	50.107
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de capital em investida	(2.233)	(2.233)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(2.233)	(2.233)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	47.874	47.874
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	98.788	98.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	146.662	146.662

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais e, devido ao reduzido volume de transações e que são de pouca complexidade, a administração não considera existirem estimativas e julgamentos contábeis críticos para a elaboração destas demonstrações financeiras. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1. Fatores de risco financeiro:** A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia está exposta apenas ao risco de crédito e ao risco de liquidez. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito é aplicável às contas de caixa e equivalentes de caixa. Esse risco de crédito é minimizado, pois a Companhia somente opera com instituições de primeira linha. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Esse risco é minimizado, pois caso seja necessário, receberá recursos de seus acionistas para reverter a situação de baixa liquidez. **5.2. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. **6. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias. Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como recebíveis no ativo no valor de R\$ 240.226 (2014 = R\$ 155.557) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 7.809 (2014 = R\$ 8.246).

	Recebíveis
31 de dezembro de 2015	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	233.869
Caixa e equivalentes de caixa	6.357
Demais contas a receber	240.226
	Outros passivos financeiros

	Recebíveis
31 de dezembro de 2015	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	6.285
Fornecedores	1.524
Partes relacionadas	7.809
	Recebíveis

	Recebíveis
31 de dezembro de 2014	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	146.662
Caixa e equivalentes de caixa	8.895
Demais contas a receber	155.557
	Outros passivos financeiros

	Recebíveis
31 de dezembro de 2014	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	6.007
Fornecedores	2.239
Partes relacionadas	8.246

7. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantém o montante de R\$ 233.869 (2014 era de R\$ 146.662) em bancos de primeira linha.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	
	2015	Representado
Outras receitas (Nota 15)	317.773	271.459
Lucro bruto	317.773	271.459
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(203.046)	(168.120)
Outras receitas, líquidas (Nota 16)	(7.991)	(11.729)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(282)	(261)
Lucro antes do resultado financeiro	106.454	91.349
Resultado financeiro, líquido	(382)	(1.482)
Receitas financeiras	268	-
Despesas financeiras	(650)	(1.482)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	106.072	89.867
Imposto de renda e contribuição social do exercício (Nota 13)	(17.867)	(15.582)
Lucro líquido do exercício	88.205	74.285
Quantidade de ações em circulação	100.000	100.000
Lucro básico por ação	0,88	0,74

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas, pois não há componentes de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em reais

	2015	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do IR e CSLL	106.072	89.867
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	282	261
	106.354	90.128
Variações nos ativos e passivos		
Demais contas a receber	2.539	4.535
Tributos a recuperar	15.316	4.332
Fornecedores	278	(12.982)
Obrigações trabalhistas	(4.970)	1.951
Tributos a recolher	(16.218)	(5.306)
Partes relacionadas	(715)	(15.222)
Caixa gerado nas operações	102.584	67.436
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.377)	(17.329)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	87.207	50.107
Aumento de capital em investida	-	(2.233)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	-	(2.233)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	87.207	47.874
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	146.662	98.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	233.869	146.662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Transações com partes relacionadas

	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	1.524	355.028	17.801
CEG Rio S.A.	-	147.599	-
Em 31 de dezembro de 2015	1.524	502.627	17.801
Em 31 de dezembro de 2014	2.239	299.129	16.808

Referem-se, substancialmente, a remuneração mensal dos honorários dos conselheiros (Nota 15) e a despesas administrativas incorridas que serão reembolsadas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A Companhia, em 2015 e 2014 não efetuou pagamento aos administradores em virtude de estes serem remunerados por outras empresas do grupo.

	2015	2014
9. Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	1.844	4.066
PIS	-	-
INSS (a)	9.978	9.978
Outros	87	87
Não Circulante - Realizável a longo prazo	11.909	14.131

(a) Refere-se ao salário maternidade pago a funcionária que não foi compensado com INSS a pagar e o pedido de restituição foi realizado em 26 de junho de 2013, mas ainda se encontra em análise pela esfera federal. **10. Investimento:** Avaliado ao custo e representado por participação de 0,02% na Gás Natural Serviços S.A. (GNS), correspondente a 100.000 ações ordinárias, sendo as demais ações detidas pela Gás Natural Internacional, SDG S.A., integrante do Grupo Gás Natural sediado na Espanha. Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) foram reconhecidas, no patrimônio líquido da Companhia, as perdas ocorridas nos resultados de 2015 e 2015 na GNS nos valores de R\$ 282 (R\$ 261 em 2014). O total do ativo, passivo e patrimônio líquido da GNS estão demonstrados abaixo:

	2015	2014
Total do ativo	47.685	37.684
Total do passivo	26.683	15.272
Total do patrimônio líquido	21.002	22.412
Total do passivo + PL	47.685	37.684

11. Contas a pagar: Referem-se às provisões de participação no lucro e resultados (PLR). **12. Obrigações trabalhistas:** Referem-se, substancialmente, às provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos constituídas com base na remuneração de cada funcionário no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **13. Tributos a recolher**

	2015	2014
COFINS	2.234	2.189
PIS	485	475
ISS	2.394	2.394
ISS-CS-PIS-COFINS - IRRF Terceiros	-	-
Contribuições sociais a pagar	403	1.092
	5.516	6.150

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão reconciliadas, às alíquotas nominais, como segue:

	2015	2014	
	Impos- to de renda	Contri- buição social	Impos- to de renda

diretores representantes pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA em 10,67% e o aumento na remuneração dos conselheiros administrativos da CEG decidido em AGOE realizada pela CEG em 28 de abril de 2015.

	2015	2014
Doação do conselho de administração	350.177	299.129
Total receita bruta	350.177	299.129
(-) Deduções da receita Bruta	(32.404)	(27.670)
Receita líquida	317.773	271.459

16. Outras, líquidas: Estes valores referem-se, predominantemente, ao recolhimento de imposto sindical. **17. Passivo contingente:** A administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a sociedade e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos em relação à expectativa de êxito de cada processo. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não existem ações em andamento envolvendo a Companhia.

18. Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Salários	70.178	65.644
Férias	8.676	7.951
13º salário	6.420	5.901
INSS	21.379	20.647
FGTS	6.384	6.163
Provisão	266	162
Outros (a)	18.402	16.872
Utilidades, materiais e serviços	1.381	1.512
Serviço de profissionais independentes	17.289	19.930
Legais	2.298	5.360
Aluguéis	17.801	16.808
Propaganda e publicidade	31.400	-
Viagem e estadias	1.172	1.170
	203.046	168.120

(a) Refere-se, basicamente, a despesas com bônus extraordinário, assistência médica e alimentação relativo a pessoal. **19. Resultado financeiro:** Refere-se basicamente, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a despesas bancárias. **20. Créditos fiscais:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 6.836.642 (R\$ 6.868.688 em 31 de dezembro de 2014). Não foram constituídos créditos diferidos sobre esse montante em decorrência da falta de perspectiva de realização.

DIRETORIA

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Antoni Almela Casanova
Diretor-Geral

CONTADORA

Maria Cecília Fontes Pinheiro
Contadora - CRC-RJ 070616/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - Gás Natural do Brasil S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Natural do Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa

avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. **Ênfase** - Chamamos atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com partes relacionadas, seus únicos clientes. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2016.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora
CRC 1RJ048568/O-7